

PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENFERMEIROS QUANTO À POLÍTICA NACIONAL DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES, NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, ESPIRITO SANTO

Kamila dos Santos de Rezende¹

Orientadora Daliana Lopes²

RESUMO

A Política Nacional de Práticas Integrativas e complementares (PNPIC) foi aprovada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 2006, através da portaria nº 971, possibilitando assim a autonomia dos profissionais na utilização de métodos não convencionais para prevenção de doenças e reabilitação da saúde. O objetivo desta pesquisa é relatar o conhecimento dos enfermeiros da atenção primária acerca da Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, de caráter descritivo, exploratório e explicativo. A coleta de dados foi feita por meio de um questionário semiestruturado com 5 questões fechadas e 6 abertas, construídas pela autora, aplicado através da plataforma online Google Forms, aplicado para 17 enfermeiros que atuam em Unidades de Saúde do município de Vitória-ES. Os resultados apontaram que 70,6% dos entrevistados afirmaram conhecer a PNPIC e apenas 35,3% deles possuem curso e/ou pós-graduação em Práticas Integrativas e Complementares (PICS). Foi evidenciado que apesar de todas as comprovações dos benefícios das PICS o formato biomédico e a medicina alopática permanecem enraizados no contexto assistência de saúde. Considera-se que os enfermeiros pesquisados conhecem a PNPIC, porém a falta de incentivo seja ele vindo dos gestores e/ou da falta de estudos teórico-práticos ainda na graduação. Com isso, a disseminação desses métodos complementares para a população entra em déficit, já que a enfermagem nas Unidades de Saúde tem como principais atribuições a educação em saúde, promoção da saúde, prevenção de doenças e autocuidado.

Palavras-chave: Práticas Integrativas e Complementares; Enfermagem; Medicina tradicional.

ABSTRACT

The National Policy for Integrative and Complementary Practices (PNPIC) was approved by the Unified Health System (SUS) in 2006, through Ordinance No. 971, thus enabling the autonomy of professionals in the use of non-conventional methods for disease prevention and health rehabilitation. The objective of this research is to describe the knowledge of primary care nurses about the National Policy on Integrative and Complementary Practices. This is a research with a quantitative and

¹Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Salesiano. E-mail: kamila.s.rezende@gmail.com

²Daliana Lopes Moraes, especialista membro do colegiado de enfermagem do Centro Universitário Salesiano. E-mail: lopesdaliana30@gmail.com

qualitative approach, with a descriptive, exploratory and explanatory character. Data collection was carried out through a semi-structured questionnaire with 5 closed and 6 open questions, constructed by the author, applied through the Google Forms online platform, applied to 17 nurses who work in Health Units in the city of Vitória-ES. The results showed that 70.6% of respondents claimed to know the PNPIC and only 35.3% of them have a course and/or postgraduate degree in Integrative and Complementary Practices (PICS). It was shown that despite all the evidence of the benefits of PICS, the biomedical format and allopathic medicine remain rooted in the health care context. It is considered that the nurses surveyed are aware of the PNPIC, but the lack of encouragement is coming from managers and/or the lack of theoretical-practical studies still in graduation. As a result, the dissemination of these complementary methods to the population is in deficit, since nursing in Health Units has as its main attributions health education, health promotion, disease prevention and self-care.

Keywords: Integrative and Complementary Practices; Nursing; Traditional medicine.

1. INTRODUÇÃO

No dia 3 de maio de 2006, através da portaria nº 971 a Política Nacional de Práticas Integrativas e complementares (PNPIC) foi aprovada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), possibilitando assim a autonomia dos profissionais na utilização de métodos não convencionais para prevenção de doenças e reabilitação da saúde. Uma vez que essa prática tem propriedades que possibilitam a diminuição do uso medicamentoso e também são responsáveis por trazerem efeitos físicos e psicológicos positivos à saúde (MENDES et al., 2019).

Inicialmente foram ofertadas 5 Práticas Integrativas e Complementares (PICS): a Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, a Homeopatia, as Plantas Medicinais/Fitoterapia, o Termalismo/Crenoterapia e a Medicina Antroposófica (BRASIL, 2006). Com novos estudos na área dos métodos complementares e com o aumento da demanda, em março de 2017 pela Portaria nº849 foram incluídas na PNPIC 13 novas práticas integrativas, de forma integral e gratuita (BRASIL, 2017). E em 2018 houve uma atualização na PNPIC pela portaria nº702 que incluiu mais 11 Práticas, que atualmente somam 29 métodos (BRASIL, 2018).

Diante disso, faz-se necessário o engajamento dos profissionais de saúde nesses métodos alternativos. Trazendo para Enfermagem, nota-se uma similaridade entre os princípios das PICS e a ciência desta área, pois ambos são regidos por uma assistência voltada para o ser humano e o meio em que ele está inserido (AZEVEDO et al., 2019). A Resolução COFEN nº 581 de 11 de julho de 2018 atualiza a lista de procedimentos que o enfermeiro por lei pode adquirir título de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu e abrange novas especialidades. No anexo especialidades do enfermeiro por área de abrangência no item 30, cita 12 PICS que o enfermeiro está apto a exercer (COFEN, 2018a).

Em 2020, o Ministério da Saúde publicou que em 2019 foi contabilizado 15.603 estabelecimentos da Atenção Primária no Brasil com oferta de PICS, foi de 15.603, tendo maior aumento do que no ano anterior, 2018, com 14.508. No Espírito Santo em 2018 foram registrados 228 locais de Atenção Primária com atendimento de Práticas Integrativas, tendo superação desses números no anos de paciais 2019, com 235 estabelecimentos (BRASIL, 2020).

O problema atribuído à essa pesquisa é identificar se os profissionais enfermeiros das Unidades de Saúde do município de Vitória, Espírito Santo (ES) conhecem e praticam as Práticas Integrativas e Complementares como uma forma de prevenção e tratamento de futuros agravos. Tendo como objetivo geral do estudo relatar o conhecimento dos enfermeiros da atenção primária acerca da Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares. E objetivo específico verificar a aplicação das práticas integrativas e complementares pelo enfermeiro nas Unidades de Saúde.

Justifica-se pelo fato das PIC estarem ganhando cada vez mais espaço nas Políticas Nacionais de assistência em saúde, devido ao alto índice de comprovações científicas de seus benefícios aos pacientes e condições de custo favorável para os gestores da atenção primária.

O presente estudo é relevante, pois irá contribuir para a Gestão da saúde Pública do município pesquisado, também permite conhecer a visão dos profissionais enfermeiros que atuam nas Unidades de saúde e inseridos na Estratégia Saúde da Família sobre as Práticas Integrativas e Complementares. E através do conhecimento adotar estratégias para implantação e disseminação dessas prática reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TRAJETÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO BRASIL

O contexto histórico das Práticas Integrativas e complementares se iniciou na Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, ocorrida em Alma-Ata, no ano de 1978. Esta conferência tinha o objetivo de propor a reestruturação do método de assistência à saúde em todos os países, de modo que beneficiasse principalmente os indivíduos carentes, visto que a desigualdade social era crescente (LUZ, 2005).

Em 1986 no contexto pós-ditadura no Brasil aconteceu a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que teve seu marco histórico por preconizar a criação do Sistema Único de Saúde, contudo o país ainda enfrentava barreiras socioeconômicas em relação a saúde, o que causava inquietação por parte da população com o modelo de assistência. Em decorrência disso, no ano de 2003 ocorreu a 12ª Conferência Nacional de Saúde, com o propósito de reafirmar o direito à saúde pública e descentralizar o foco apenas para a doença e sim para a pessoa e suas necessidades. Foi nesta Conferência que se discutiu oficialmente a implementação de Práticas complementares no SUS (PENNAFORT et al., 2012).

Através da portaria nº 971, de 3 de maio de 2006 o Ministério da Saúde aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, garantindo a universalidade da assistência por meio do poder de escolha do usuário pelo seu tratamento. Inicialmente foram ofertadas 5 PICS: a Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, a Homeopatia, as Plantas Medicinais/Fitoterapia, o Termalismo/Crenoterapia e a Medicina Antroposófica (BRASIL, 2006).

Com novos estudos na área dos métodos complementares e com o aumento da demanda, em março de 2017 pela Portaria nº849 foram incluídas na PNPIIC 13 novas práticas integrativas, de forma integral e gratuita (BRASIL, 2017). Em 2018 houve um Congresso Internacional de Práticas Integrativas e Complementares no Rio de Janeiro que resultou em uma nova atualização na PNPIIC pela portaria nº702 que incluiu mais 11 Práticas, atualmente somam 29 métodos (BRASIL, 2018).

2.2 A RESPEITO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

As Práticas Integrativas em Saúde definem-se como uma terapêutica complementar, multidisciplinar que complementa a medicina convencional e traz um olhar integrativo para a saúde, visando prevenir doenças e/ou recuperar agravos de forma natural, equilibrando os aspectos físicos, psíquicos e sociais do indivíduo. Na assistência à saúde as PICS podem ser individualizadas como uma sessão de acupuntura e auriculoterapia ou coletivas como na yoga e o tai chi chuan, propondo acolhimento, o estreitamento das relações terapêuticas e o protagonismo do paciente no processo de cura (MAGALHÃES; ALVIM, 2013).

Segundo um levantamento do Ministério da Saúde em 2021 foram mais de 1 milhão de atendimentos para Medicina Tradicional Chinesa, incluindo acupuntura; 87 mil atendimentos de fitoterapia e 13 mil de homeopantias nas Unidades de Saúde do Brasil, sendo o país de referência mundial nas terapias complementares no âmbito da atenção primária (BRASIL, 2022).

A medicina Tradicional Chinesa (MTC) é uma prática milenar, que contempla tratar o indivíduo e não a doença. Tendo como princípio a teoria yin-yang e a dos cinco elementos, que precisam estar em equilíbrio. Nesta modalidade de tratamento inclui o uso de ervas, acupuntura, auriculoterapia, ventosa, fitoterapia, dietoterapia, moxabustão e massagem terapêutica. Visto que, a escolha da terapia a ser utilizada se baseia na avaliação do ponto de desarmonia do paciente (CONTATORE; TESSER; BARROS, 2018).

São inúmeros os benefícios da MTC, dentre elas pode-se citar o auxílio na depressão/ansiedade/estresse por ser um atendimento direcionado e individualizado; auxilia na regulação do sono com a terapêutica de acupuntura por estar relacionado a estimulação de serotonina e relaxamento da musculatura favorecendo o sono; auxilia nos problemas respiratórios por liberar analgésicos naturais na corrente sanguínea e promove a diminuição de mediadores envolvidos na cascata de processos inflamatórios; auxilia na tensão pré-menstrual/menopausa e infecção urinária; e promove alívio nas dores crônicas como fibromialgia, lombalgia e enxaquecas, com a estimulação pontos que promovem efeito anti-inflamatório e relaxante muscular. Muitos pacientes tem a oportunidade de reduzindo a dose de medicamentos após a introdução da MTC como terapia coadjuvante paratratamentos de dores crônicas (CONTATORE; TESSER; BARROS, 2018).

A acupuntura é uma técnica desenvolvida na China há pelo menos 3 mil anos, e foi inserida no Brasil em 1988 por meio da Resolução nº 5/88, da Comissão Interministerial de Planejamento e Coordenação. Essa tecnologia de intervenção a saúde requer a inserção de agulhas filifórmicas metálicas através da pele nos tercidos

subjacentes em pontos considerados estratégicos para que seja produzido o efeito terapêutico desejado (BRASIL, 2022).

A fitoterapia é uma prática milenar que utiliza propriedades de plantas e ervas medicinais para conservação e reabilitação da saúde, evitando assim, o uso de muitos medicamentos e seus efeitos colaterais. No Brasil a fitoterapia tem uma grade potencial de crescimento por ser um país com vasta variedade de vegetações e que tem forte influência da cultura indígena que já utilizava desse método terapêutico (BRASIL, 2015).

Desenvolvida por Samuel Hahnemann no século XVIII e introduzida no Brasil por Benoit Mure em 1840, a homeopatia tem seus fundamentos no princípio vitalista e na lei dos semelhantes. Este método busca ministrar ao paciente doses mínimas do medicamento homeopático que são substâncias extraídas dos reinos vegetal, animal e mineral, manipuladas e diluídas para oferecerem doses pequenas do princípio ativo, que ingeridas com certa constância, restabelecem o equilíbrio orgânico e/ou psicológico (LOCH-NECKEL; CARMIGNAN; CREPALDI, 2010).

As PICS têm se expandindo para diversas áreas do cuidar, como no Instituto Nacional de Câncer do Ministério da Saúde (INCA) que está inserido no conceito de oncologia integrativa, desde a década de 1980, onde o tratamento tradicional é difundido com várias práticas integrativas listadas pela PNPIC-SUS. No Hospital do Câncer IV, que é a unidade de cuidados paliativos do Instituto, por exemplo, são ofertadas as práticas de auriculoterapia, massagem, reiki, entre outras. Com o efeito positivo desta forma de cuidado, os métodos integrativos também passaram a serem ofertados para os familiares dos pacientes e para os profissionais de saúde, já que os índices da síndrome de Burnout estavam altos. Esta é uma síndrome caracterizada por um estado de exaustão física e/ou mental decorrente do acúmulo de estresse, e com a meditação o lado emocional dessas pessoas está sendo trabalhando trazendo efeitos positivos para o dia a dia delas (GHELMAN; PORTELLA, 2022).

Estudos que avaliaram a eficácia, efetividade, segurança e custo sobre a utilização da Moxabustão evidenciaram efeitos positivos relacionados principalmente a osteoartrite, trabalho de parto, hérnia de disco e constipação. Sendo ela uma técnica de acupuntura que consiste em aplicar calor direta ou indiretamente sobre a pele, através de um bastão enrolado com ervas medicinais. Na medicina chinesa, entende-se que o calor aplicado na pele, por meio desta técnica, pode liberar o fluxo de energia acumulado em alguns locais do corpo, conhecidos como meridianos. A liberação desta energia pode ajudar no tratamento de algumas doenças físicas tipo dor nas costas, enxaqueca e artrite, além de auxiliar na recuperação do bem-estar mental (HOSOMI; SÁBATO, 2022).

A Yoga, é uma filosofia de vida que tem sua origem na Índia, há mais de 5000 anos, e atualmente é conhecida como uma prática de meditação que trabalha o corpo e a mente ao mesmo tempo, ajudando o indivíduo a obter inteligência emocional. Esta é uma Práticas Integrativas coletivas, que teve resultados positivos quanto a seus benefícios, estudos que foram realizados entre 2005 e 2019 em diferentes países, mostraram efeitos positivos para redução do Índice de Massa Corporal, controle do tabagismo com relação ao desejo de fumar, pacientes que foram diagnosticados com transtornos depressivos tiveram melhora de suas condições após o yoga relatados na maior parte das revisões e redução de sintomas de ansiedade e depressão em mulheres no período perinatal e em idosos (RIBEIRO, 2021).

2.3 A ENFERMAGEM NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

Segundo o Ministério da Saúde a procura pelas Práticas Integrativas e Complementares tanto na modalidade individual quanto na coletiva entre os anos de 2017 e 2018, mais que dobrou, passando de 157 mil para 355 mil, sendo um aumento de mais de 126%. A quantidade de participantes também teve modificações passando de 4,9 milhões de participantes para 6,67 milhões no período. Diante disso, faz-se necessário o engajamento dos profissionais de saúde nesses métodos alternativos (BRASIL, 2019a).

Trazendo para Enfermagem, nota-se uma similaridade entre os princípios das PICS e a ciência desta área, pois ambos são regidos por uma assistência voltada para o ser humano e o meio em que ele está inserido, e não apenas para a patologia em si (AZEVEDO et al., 2019). O Enfermeiro como protagonista da promoção a saúde e linha de frente na assistência ao paciente tem total autonomia de realizar esses métodos complementares, mediante comprovação de formação nessa área, segundo a Resolução do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) nº 581/2018 (COFEN, 2018a).

A Resolução COFEN nº 581 de 11 de julho de 2018 atualiza a lista de procedimentos que o enfermeiro por lei pode adquirir título de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu e abrange novas especialidades. No anexo especialidades do enfermeiro por área de abrangência no item 30, cita 12 PICS que o enfermeiro está apto a exercer, dentre elas são: Fitoterapia, Homeopatia, Ortomolecular, Terapia Floral, Reflexologia Podal, Reiki, Yoga, Toque Terapêutico, Musicoterapia, Cromoterapia, Hipnose e Acupuntura. O profissional da enfermagem tem inúmeras possibilidades de atuação nessa área, sendo a principal delas no âmbito do SUS, mas pode-se mencionar atendimento Home Care, criação da própria empresa, parcerias com clínicas e prestação de serviço (COFEN, 2018).

A enfermagem ocupa diversos cenários dentro da assistência em saúde desde o cargo assistencialista até a gestão desses serviços, trazendo assim, para esta categoria profissional a responsabilidade de se atualizar e disseminar métodos de prevenção, cura e/ou reabilitação da saúde em prol dos usuários e da edificação da profissão (PEREIRA; SOUZA; SCHVEITZER, 2022).

2.4 DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE AS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO BRASIL

O Ministério da Saúde em Julho de 2020 lançou um relatório de monitoramento das PICS no território nacional, dos anos de 2017, 2018 e parcialmente 2019. De acordo com os resultados parciais obtidos para o ano de 2019, as PICS foram ofertadas em 17.335 serviços da Rede de Atenção à Saúde (RAS) distribuídos em 4.297 municípios (77%), e em todas das capitais (100%). Houve um aumento de 16% no quantitativo de serviços, comparando com 2017 (BRASIL, 2020).

Este mesmo documento o Ministério da Saúde afirmou que a quantidade de estabelecimentos da Atenção Primária com oferta de PICS no ano de 2019, foi de 15.603, tendo maior aumento no ano anterior, 2018, com 14.508. No Espírito Santo

em 2018 foram registrados 228 locais de Atenção Primária com atendimento de Práticas Integrativas, com superação desse número no ano de parciais 2019, com 235 estabelecimentos. Na análise estatística de procedimentos realizados na Atenção Primária obtém-se que os números cresceram de 148.152 em 2017 para 628.239 em 2019. Sendo a auriculoterapia o procedimento de maior crescimento entre os anos de 2017 e 2019, com aumento de 40.818 para 423.774, e a acupuntura com a crescente de 101.020 em 2017 para 129.207 em 2019 (BRASIL, 2020).

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, de caráter descritivo exploratório e explicativo. Esse tipo de abordagem é adequada por abranger a quantificação de elementos coletados permitindo a análise de dados estatísticos sobre um determinado assunto (KNECHTEL, 2014). Por outro lado, também permite obter-se a análise de dados subjetivos que compreende as realidades e experiências que não podem ser quantificadas. Trabalha, portanto, com universo de crenças, valores e atitudes que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MARTINS, 2004).

A pesquisa é de caráter descritivo por visar descrever características de uma amostra, contexto ou fenômeno. Buscando levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 2017). Contudo, também tem o caráter exploratório por ter a finalidade de buscar explicações, hipóteses e pensamentos sobre um determinado assunto, permitindo ao entrevistado autonomia em sua resposta (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995).

Tendo em vista o objetivo geral e objetivos específicos, a pesquisa foi realizada em Unidades de Saúde, localizadas no município de Vitória, Espírito Santo. Sendo que nessa região há 29 Unidades de Saúde (VITÓRIA, 2019b). Os participantes da pesquisa foram enfermeiros da Estratégia Saúde da Família do município de Vitória, ES.

A coleta de dados foi feita por meio de um questionário semiestruturado com 5 questões fechadas e 6 abertas construídas pela autora, aplicado através da plataforma online Google Forms. Com o crescente avanço das tecnologias nas últimas décadas veio o aumento da utilização de ferramentas online para auxiliar o pesquisador, agilizar a coleta das respostas, organizar e armazenar em bancos de dados as pesquisas científicas e meios acadêmicos (APOSTOLICO; EGRY, 2013). O Google Forms é uma dessas ferramentas, e é utilizada para confecção de questionários, que pode ser facilmente acessado através de um link e que permite formular perguntas discursivas e objetivas, também possibilita gerar gráficos estatísticos e tabelas a partir das respostas dos participantes (MOTA, 2019).

No primeiro momento a pesquisa foi submetida na plataforma da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) para ser concedida a autorização para realização da pesquisa de campo nas Unidades de Saúde do município de Vitória, em seguida foi feito contato com os profissionais enfermeiros que atuam nessas Unidades de Saúde para verificar a aceitação da pesquisa.

No segundo momento os profissionais enfermeiros receberam um link que permitirá acesso ao termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), e as perguntas

objetivas e discursivas. Este termo assegurará aos entrevistados o sigilo e o anonimato com relação aos dados preenchidos, respeitando a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). Após lido e aceito, os voluntários deram início ao questionário. Foram incluídos nessa pesquisa enfermeiros que fazem parte da estratégia Saúde da Família de Unidades de Saúde que são atuantes há mais de seis meses. E foram excluídos da pesquisa os enfermeiros que não trabalham no município de Vitória e/ou que fazem parte da média e alta complexidade, e os que tem tempo de atuação na Unidade de Saúde inferior a seis meses.

O questionário foi respondido por 17 enfermeiros de 4 Unidades de Saúde, no que diz respeito ao estudo das 5 questões assinaladas, será gerado gráficos no software Microsoft Office Excel 2013, através do Google Forms, para análise e interpretação das variáveis. Também haverá verificação qualitativa das respostas das 6 perguntas abertas que serão organizadas em domínios.

Quanto ao risco da pesquisa a chance de constrangimento por parte do entrevistado, porém para que não haja essa situação, os participantes serão informados que caso se recuse em participar da pesquisa ou a responder as perguntas, essa decisão não acarretará nenhuma forma de coação ou constrangimento.

O principal benefício da pesquisa é saber se os profissionais enfermeiros do município de Vitória conhecem a PNPIC, e se reconhecem esse método complementar como uma prática para prevenção de agravos e/ou recuperação da saúde. No entanto se o resultado for negativo em relação a isso, ficará claro que esta é uma área que necessita de mais atenção e engajamento dos profissionais e dos gestores municipais sobre o assunto, visto que os benefícios da aplicação das PICS já foram comprovados cientificamente. A pesquisa também contribuirá para dados científicos sobre a saúde pública do município de Vitória, Espírito Santo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada com 17 enfermeiros de Unidades de Saúde do município de Vitória, Espírito Santo. Os dados das perguntas fechadas apresentados pela tabela 1 mostram que entre os profissionais enfermeiros se apresentam em maior número (47,1%) os que trabalham 4 anos ou mais nas Unidades de Saúde, que equivale a 8 dos entrevistados; Já os de 2 a 3 anos corresponde a 23,5% (5), obtendo o mesmo quantitativo para 1 a 3 anos de trabalho; apenas 1 (5,9%) atua há 6 meses. Dos participantes 70,6% (12) afirmaram conhecer as Políticas Nacionais de Práticas Integrativas e Complementares e 29,4 (5) não conhecem. Referente a capacitação em práticas integrativas 64,7 (11) não possuem; 3 (17,6%) tem pós-graduação e curso em PIC, 11,8% (2) tem apenas curso e 1 (5,9%) possui apenas pós-graduação. Quando questionado se pretendem fazer curso ou pós-graduação 11 (64,7%) responderam que não e 6 (35,3%) afirmam que sim. Por fim os entrevistados assinalaram qual seria a melhor definição de Práticas Integrativas segundo a literatura, sendo que 73,5% (13) responderam à questão certa e 23,5% (4) marcaram outras questões.

Tabela 1. Percepção dos profissionais enfermeiros sobre as Políticas Nacionais de Práticas Integrativas e Complementares, no município de Vitória, Espírito Santo.

Variável	Nº	%
Há quanto tempo você trabalha na Unidade de Saúde?		
6 Meses	1	5,9%
De 1 anos a 2 anos	4	23,5%
De 2 anos a 3 anos	4	23,5%
4 anos ou mais	8	47,1%
Você conhece as Políticas Nacionais de Práticas Integrativas e Complementares?		
Sim	12	70,6%
Não	5	29,4%
Você tem curso ou pós graduação em Práticas Integrativas e Complementares?		
Sim, pós graduação	1	5,9%
Sim, curso	3	17,6%
Sim, pós graduação e curso	2	11,8%
Não possui	11	64,7%
Pretende fazer curso ou pós graduação em Práticas Integrativas e Complementares?		
Sim	6	35,3%
Não	11	64,7%
As Práticas Integrativas e Complementares são:		
Formas alternativas de cura e prevenção de doenças que substituem a medicina tradicional visando diminuir o uso de tratamento medicamentosos.	3	17,6%
Métodos de reabilitação e promoção a saúde que complementam a Medicina Tradicional, visando o equilíbrio entre os aspectos físico, psíquicos e social do indivíduo.	13	76,5%
Definem-se como uma terapêutica integrativa, que pode substituir a medicina convencional e busca a recuperação do paciente de formas naturais. Sendo uma prática exclusiva do Enfermeiro.	0	0%
Não sei responder esta questão	1	5,9%

Fonte: A autora (2022).

Conforme os dados da tabela 1 a maioria dos enfermeiros que trabalham nas Unidades de Saúde pesquisada afirmaram conhecer as Políticas Nacionais de Práticas Integrativas e Complementares, sendo o primeiro passo para o engajamento desta categoria profissional na área. Já que o conhecimento das políticas em saúde é de extrema importância para a edificação dessa categoria profissional, visando que, é delegada a ela desde a parte assistencialista até o departamento de gestão em ambientes de saúde tanto privados quanto públicos.

Segundo o Ministério da Saúde, as PICS são tratamentos terapêuticos baseados em conhecimentos tradicionais que são utilizados para prevenção e tratamento de doenças, sendo complementar a medicina tradicional. Na atual pesquisa a maioria dos participantes responderam assertivamente ao questionamento sobre qual alternativa melhor conceituava as PICS segundo os órgãos de saúde, reafirmando assim o conhecimento que o profissional enfermeiro tem sobre estes métodos de tratamento (BRASIL, 2022).

A Resolução Confen 581/2018 atualiza a lista de procedimentos que o enfermeiro pode adquirir registro de título de pós-graduação Lato e Stricto Sensu, incluindo no documento 12 PICS, sendo elas: Fitoterapia, Homeopatia, Ortomolecular, Terapia Floral, Reflexologia Podal, Reiki, Yoga, Toque Terapêutico, Musicoterapia, Cromoterapia, Hipnose e Acupuntura (COFEN, 2018a). Diante disso, nota-se o impacto positivo que esta resolução traz para a enfermagem, incentivando e delegando aos enfermeiros autonomia na assistência e empoderamento científico. Dos entrevistados apenas 35,3% possuem curso e/ou pós-graduação em Práticas Integrativas e Complementares, e esta mesma porcentagem afirmou ter interesse em se especializar na área, mostrando assim, a baixa procura por este método de prevenção, cura e/ou reabilitação da saúde, evidenciando que os profissionais enfermeiros do município pesquisado ainda precisa agregar valor e reconhecimento a esta forma de complemento a medicina tradicional em prol dos pacientes.

Em relação ao conhecimento e reconhecimento dos profissionais de enfermagem do município de Vitória acerca das Políticas Nacionais de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), os profissionais enfermeiros ressaltaram a sua opinião sobre a PNPIC por meio do questionário aberto com respostas subjetivas. Ficou evidenciando que a maioria deles conhece parcialmente esta política em saúde, mas não é reconhecida por eles como um método aplicável na realidade das Unidades de Saúde, por falta de incentivo do governo, de seus gestores, de interesse dos profissionais em geral, e de disseminação destas práticas integrativas. Seguem as respostas dos entrevistados.

[...] É uma prática distante da nossa realidade na UBS (Enf 1).

[...] Um pouco distante da realidade dos usuários (Enf 2).

[...] Uma estratégia de tratamento para agravos diagnosticados, onde o aspecto medicamentoso não responde como propedêutica (Enf 3).

[...] E difícil implantação nas UBS's (Enf 4).

[...] É uma política importante para a ampliação das formas de tratamento no país, e uma alternativa para prevenção e tratamento de formas mais naturais (Enf 6).

[...] Foi um avanço que o Brasil teve em relação ao tratamento e a promoção de saúde, porém essa política ainda precisa ser disseminada para que os profissionais de saúde e a população conheçam (Enf 13).

A Fundação Oswaldo Cruz mapeou os hábitos dos brasileiros durante a Pandemia de Covid-19 constatando que em 2020 mais da metade da população buscou pelas práticas integrativas, principalmente a meditação, fitoterapia, reiki, aromaterapia e homeopatia (LEVY, 2021). Comprovando assim o crescimento gradual da procura por parte da população pelas práticas integrativas como uma forma de equilibrar a saúde mental e física de forma natural, já que são inúmeras as pesquisas científicas que comprovam seus benefícios. O Consórcio Acadêmico Brasileiro de Saúde Integrativa (BVS, 2022), reuniu evidências científicas sobre a eficácia de métodos complementares com o objetivo de incentivar os profissionais de saúde, gestores e pesquisadores na construção de ações para promover saúde. Os estudos mostram melhora na qualidade do sono, redução da ansiedade e de dores agudas e crônicas, diminuição do uso de medicamentos químicos que provocam efeitos adversos, também auxilia no controle da obesidade, pressão arterial e diabetes.

Apesar de todas as comprovações dos benefícios das PICS o formato biomédico e a medicina alopática permanecem enraizados no contexto assistência de saúde desde o século XIX até os dias atuais onde a grade curricular da graduação de enfermagem é norteadas pelo formato da medicina tradicional, sendo um modelo mecanizado e com foco na doença criando assim barreiras para analisar o ser humano como um todo, ou seja, como um indivíduo que precisa ter equilíbrio entre seu contexto social, psicológico e fisiológico para manter a saúde. Sabe-se que um dos principais meios de desconstrução e/ou disseminação da ciência é através da educação ainda no processo de formação profissional, portanto o estudo teórico-prático, a desmistificação e quebra do pré-julgamento sobre as PICS em saúde é de extrema relevância para construção de profissionais inclinados a usarem desses métodos integrativos na assistência como uma prática corriqueira, mediante especialização.

A faculdade de enfermagem na Universidade Federal de Goiás implementou em 2018 um ambulatório de Práticas Integrativas e Complementares em parceria com a Associação Brasileira de Enfermeiros Acupunturistas e de Práticas Integrativas, são ofertados lá 14 métodos complementares, sendo eles a acupuntura, aromaterapia, auriculoterapia, cone indu, cromoterapia, cristaloterapia, estimulação neural, florais de bach, kinesioterapia, microfioterapia, reiki, tft, ventosaterapia e ynsa. Além de ser um local de prevenção, cura e/ou reabilitação da saúde de forma natural e integral, é também um centro de pesquisas na área, e proporciona a formação de profissionais enfermeiros com visão ampla sobre diferentes formas de assistências, descentralizando o modelo biomédico e alopático (SOUZA et al, 2022).

A respeito da utilização das PICS na assistência de enfermagem dentro das Unidades de saúde, segundo a pesquisa aplicada, os enfermeiros não têm a capacitação adequada para prestar este tipo de serviço e/ou não recebem apoio de seus gestores para a prática desses métodos complementares, causando ausência da categoria profissional na utilização da PIC nas Unidades de Saúde do município pesquisado.

Sobre o processo de dispor das Práticas Integrativas e Complementares no dia a dia, os enfermeiros responderam que:

[...] Não pratico, não tenho curso (Enf 1).

[...] Não faço, pois fiz o curso a muito tempo e estou desatualizada (Enf 2).

[...] Sim, realizo. Auriculoterapia, aromaterapia, práticas fitoterápicas (Enf 3).

[...] Não faço. Não possuo domínio das técnicas (Enf 5).

[...] Não no SUS, pratico fitoterapia, aromaterapia e auriculoterapia particular (Enf 9).

[...] Não pratico porque não fui autorizada e não temos recursos (Enf 11).

[...] Utilizo em conjunto com outros profissionais da UBS (Enf 15).

[...] Não realizo, não temos incentivo do gestor (Enf 16).

É de competência exclusiva do gestor municipal elaborar normas técnicas, definir recursos financeiros, determinar quais métodos integrativos serão ofertados para a população de acordo com a demanda local e implementar as Práticas Integrativas no sistema de saúde do município, e cabe aos gestores dos serviços de saúde estimular tanto o interesse dos profissionais que trabalham na assistência à saúde acerca das PICS quanto dos usuários, com grupos de apoio, campanhas explicativas, entre outras atividades de promoção a saúde (BRASIL, 2018).

Nota-se que nos últimos anos a população de modo geral tem se inquietado com a medicina tradicional, pelo seu modo de abordagem que vem sendo cada vez mais técnico, por saírem das consultas com muitas prescrições de medicamentos que causam efeitos adversos, fazendo com que precisem de mais medicações, e pelo longo processo percorrido da doença até alcançar ou não a cura. Por isso é necessário que os profissionais da saúde, se apropriem de recursos complementares para garantir a adesão dos usuários nos serviços de saúde, proporcionando a eles, serem protagonistas no seu processo de cura e/ou reabilitação, e promovendo a saúde antes mesmo que ocorra o desencadeamento da doença. Com isso, pode-se dar enfoque a enfermagem, que está presente nos cargos de gestão dos serviços de saúde, na promoção em saúde, no adentramento dos usuários no serviço, na assistência do nível primário até o especializado, entre outras funções. Sendo assim necessário a capacitação e a atualização dos enfermeiros quanto a importância e a eficácia das PICS, consequentemente trazendo inúmeros benefícios para a população assistida e principalmente para a categoria profissional aumentando a autonomia na assistência, a visibilidade e posicionamento da enfermagem nos cuidados.

Os enfermeiros da atenção primária do município de Vitória foram questionados a respeito de sua percepção quanto a procura por parte dos pacientes pelas Práticas Integrativas e Complementares, obtendo-se como resposta:

[...] Não, acredito que a maioria da população não conhece (Enf 1).

[...] Não muito, por não conhecerem e não ser ofertado (Enf 3).

[...] Sim, pacientes procuram por outras maneiras de se tratar que não seja com medicamentos (Enf 4).

[...] Não, as pessoas não conhecem (Enf 6).

[...] Sim, práticas integrativas coletivas que oferecemos na unidade (Enf 9).

[...] Não, as pessoas não procuram porque não conhecem (Enf 10).

[...] Não, pois pouco se conhece e oferta, também a pouca divulgação (Enf 12).

Sobre a visão dos enfermeiros acerca dos grupos de apoio de educação em saúde, já que são métodos para ampliar o conhecimento dos usuários a respeito de um determinado assunto.

[...] Seria importante ter aqui na unidade para os profissionais e os pacientes se integrarem mais com as PIC's (Enf 2).

[...] Os grupos de apoio servem para conhecer mais sobre uma área, talvez seria importante para os profissionais também sobre este assunto (Enf 5).

[...] Acredito que os grupos de apoio são o ponto inicial para implementar a PIC nas UBS (Enf 8).

[...] Os grupos são importantes para ajudarem as pessoas a terem o conhecimento de algo ou alguma coisa, e esta área é nova em relação aos métodos que temos, então é de extrema relevância ter nas unidades (Enf 15).

[...] É bom para que os profissionais e os pacientes conheçam mais essas formas de cuidado (Enf 16).

A educação em saúde contribui para a prevenção de doenças, promove o autocuidado e dissemina informações científicas quebrando tabus, garantindo para a população habilidades para lidar com os problemas de saúde e conhecer novas estratégias, por exemplo. A iniciativa da implementação dos grupos de apoio deve ser principalmente da equipe de Estratégia Saúde da Família, sendo incentivada pelo gestor das Unidades de Saúde, que devem pensar na população assistida como sujeitos portadores de necessidades biológicas, sociais e subjetivas, por isto, a avaliação das necessidades não deve ser somente epidemiológica, mas também psicossociais.

Embora as PICS e as práticas de Promoção da Saúde, de um modo geral se apresentam em constante crescimento no Brasil e no mundo, a implementação dos métodos integrativos na atenção básica de alguns municípios como a cidade pesquisada, Vitória-ES, ainda está em processo de consolidação, criando assim umabarreira para a disseminação de práticas complementares para a população, fazendo com que os usuários não a valorizem, desencadeando a falta de interesse dos profissionais pela área, já que a demanda diminui (RANDOW et al., 2016).

Quanto a efetuação das Práticas Integrativas e Complementares nas Unidades de Saúde pesquisadas foi verificado que há presença desses métodos tanto individuais quanto coletivos.

[...] Não, não temos profissionais capacitados aqui na UBS (Enf 1).

[...] Sim. Enfermeiro, psicólogo e Assistente Social (Enf 2).

[...] Sim, médico e psiquiatra (Enf 4).

[...] Sim, serviço social e psicólogo, para realização de auriculoterapia. No momento não estão fazendo (Enf 5).

[...] Não. Não temos (Enf 6).

[...] Sim, assistente social (Enf 8).

[...] Sim, profissional de educação física (Enf 12)

[...] Sim. A enfermeira (Enf 13)

[...] Somente eu enfermeira (Enf 14)

[...] Sim. Assistente Social, Fonoaudióloga, Professor de Educação Física (Enf 15).

[...] Sim, acupressão e aromaterapia (Enf 16).

Segundo o relatório anual de gestão da Prefeitura de Vitória em 2021 são ofertadas Hortas urbanas comunitárias e orgânicas nos territórios de saúde, Jardinsterpêuticos de plantas medicinais e aromáticas, práticas corporais contemplativas e integrativas como Yoga, Biodanza, Do-in (automassagem), Reiki, Xiang Gong (Treinamento Perfumado), Meditação, Dança Circular, Acupuntura, Homeopatia, Fitoterapia, Musicoterapia e Arteterapia de forma integral e gratuita. Algumas dessas técnicas são ofertadas pelo município há 28 anos, tais como: Acupuntura, Homeopatia e Fitoterapia, assim como as atividades de Arteterapia e a Musicoterapia que são ofertadas nos CAPS desde 2009 (VITÓRIA, 2022). Em 2020 o relatório anual de gestão contabilizou 480 medicamentos fitoterápicos prescritos e dispensados nas farmácias dos serviços de atenção primária, sendo que, a fitoterapia é ofertada em 100% das unidades básicas de saúde, tendo em média 4.000 consultas/ano. Para a modalidade acupuntura, são ofertadas cerca de 7.000 consultas/ano (VITÓRIA, 2021).

De modo geral nota-se o empenho municipal e das Unidades de Saúde quanto a implementação das PICS, porém há um déficit na disseminação sobre elas para a população, de modo que esses métodos integrativos não sejam a escolha terapêutica proposta pelos usuários do serviço. A presente pesquisa reafirmou este fato, onde os enfermeiros entrevistados que trabalham nas Unidades de Saúde de Vitória-ES relataram que o número de pessoas que procuram pelas PICS é baixo, por não conhecerem os benefícios terapêuticos e/ou desconhecerem a oferta dessas práticas.

Identifica-se a presença de diferentes categorias profissionais atuando nessa área como assistente social, fonoaudiólogo, enfermagem, médico, educação física, psicólogo e psiquiatra, contudo ainda há um número insuficiente de enfermeiros que aderiram esta forma de assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde, se comparado com as outras profissões. Trazendo assim, consequências diretas para a população local, já que a enfermagem está na linha de frente seja prestando assistência, na educação e promoção da saúde e na gestão dos serviços de saúde.

Porém o enfermeiro capacitado em alguma Prática Integrativa também pode atuar fora do Sistema Único de Saúde, de forma autônoma e partícipe prestando essa assistência em consultórios e/ou a domicílio. Os enfermeiros entrevistados foram questionados se executam as Práticas Integrativas e Complementares fora do SUS e se conhecem outros enfermeiros que fazem, obtendo como resposta:

[...] Sim, tenho consultório de toque terapêutico (Enf 1).

[...] Não faço, mas conheço 1 enfermeira que faz aromaterapia e toque terapêutico em seu consultório (Enf 2).

[...] Sim pratico de forma autônoma, fitoterapia, aromaterapia e auriculoterapia (Enf 3).

[...] Não. Não conheço outros enfermeiros que fazem (Enf 6).

[...] Não pratico. Conheço 2 enfermeiras que fazem Reiki e acupuntura (Enf 8).

[...] Não, mas conheço colegas que fazem consultório (Enf 11).

[...] Não. Sim, conheço enfermeiros que atuam (Enf 15).

[...] Sim, faço ventosaterapia (Enf 16).

Através da resolução Cofen 568/2018, alterada pela resolução Cofen 606/2019 foi normatizado o funcionamento de clínicas e consultórios de enfermagem, atribuindo maior autonomia e oportunizando o empreendedorismo na enfermagem, edificando assim a categoria profissional, já que nos dias atuais a população, em geral, associa a enfermagem à rotina hospitalar, salas de vacinas e Unidades Básicas de Saúde (COFEN, 2018b).

Contudo os acadêmicos de enfermagem e os profissionais enfermeiros ainda tendem a procurar especializações voltadas para a medicina tradicional, já que a grade curricular da graduação de enfermagem a tem como principal e única forma de assistência, dificultando assim a propagação das Práticas Integrativas como escolha terapêutica complementar a medicina tradicional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises evidenciaram que os profissionais enfermeiros das Unidades de Saúde do município pesquisado conhecem a Políticas Nacionais de Práticas Integrativas e

Complementares, porém a falta de incentivo seja ele vindo dos gestores e/ou da falta de estudos teórico-práticos ainda na graduação, ocasionam defasamento da categoria profissional na especialização e aplicação das PICS no âmbito do Sistema Único de Saúde. Com isso, a disseminação desses métodos complementares para a população entra em déficit, já que a enfermagem na atenção primária tem como principais atribuições a educação e promoção da saúde, prevenção de doenças e o autocuidado.

Recomenda-se assim mudanças no cenário de ensino da graduação que atualmente encontra-se no modelo exclusivamente biomédico e centrado na medicina tradicional, excluindo a oportunidade dos futuros profissionais enfermeiros de conhecerem e reconhecerem as PICS como uma alternativa terapêutica complementar que beneficia os usuários. Aconselha-se também a produção de pesquisas nos municípios do Espírito Santo sobre a atuação da enfermagem na aplicação das PICS para produção de dados sobre o estado, fazendo com que os gestores estaduais e municipais tracem estratégias de disseminação, capacitação e recursos financeiros para que os profissionais e a população se integrem com esses métodos complementares.

REFERÊNCIAS

APOSTOLICO, Maíra Rosa; EGRY, Emiko Yoshikawa. Uso da internet na coleta de dados primários na pesquisa em Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, São Paulo, v. 66, n. 6, p. 949-955, nov./2013. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/reben/a/SsGCNF8LB9VHwPz3hwVyS4b/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

AZEVEDO, Cissa. et al. Práticas integrativas e complementares no âmbito da enfermagem: aspectos legais e panorama acadêmico-assistencial. **Escola Anna Nery**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 1-9, abr./2019. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ean/a/zCtFNpfgPQpQvKHn9jVJpxD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cresce 46% procura por Práticas Integrativas Complementares no SUS**. 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2019/marco/cresce-46-procura-por-praticas-integrativas-no-sus-2>. Acesso em: 23 abr. 2022.

_____. Ministério da Saúde. **Práticas Integrativas e Complementares (PICs)**. Online, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/p/praticas-integrativas-e-complementares-pics-1>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

_____. Ministério da Saúde. **Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Sistemas de Informação em Saúde**. Secretaria de Atenção Primária à Saúde Departamento de Saúde da Família Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Brasília-DF, 2020. Disponível em:

<http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pics/Relatorio_Monitoramento_das_PICS_no_Brasil_julho_2020_v1_0.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2022.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de implantação de serviços de práticas integrativas e complementares no SUS. Brasília : Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: . Acesso em: 23 abr. 2022.

_____. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS**: atitude de ampliação de acesso. 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em:
<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

_____. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 849, de 27 de março de 2017**. Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Brasília: MS; 2017. Disponível em:
<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0849_28_03_2017.html>. Acesso em: 26 abr. 2022.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Revê a Resolução 196/96 e aprova novas diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: CNS/MS, 2012. Disponível em: <Disponível em: <http://bit.ly/1mTMIS3>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BVS. Biblioteca Virtual em Saúde. **Mapas de evidência**. BVS MTCl, online, 2022. Disponível em: <https://mtci.bvsalud.org/pt/mapas-de-evidencia-2/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução COFEN - 568/2018**. Cofen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012. Brasília, 2018b. Disponível em:
<http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-0568-2018_60473.html>. Acesso em: 14 nov. 2022.

_____. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução COFEN - 581/2018**. Atualiza, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, os procedimentos para Registro de Títulos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu concedido a Enfermeiros e aprova a lista das especialidades. Brasília, 2018a. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-581-2018_64383.html>. Acesso em: 26 abr. 2022.

CONTATORE, Octávio Augusto; TESSER, Charles Dalcanale; BARROS, Nelson Filice de. Medicina chinesa/acupuntura: apontamentos históricos sobre a colonização de um saber. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro-RJ, v. 25, n. 3, p. 841-858, set./2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/qWZM6yqK9cp46znJR9LXPVp/?lang=pt#>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

GHELMAN, Ricardo; PORTELLA, Caio. Oncologia integrativa na Saúde Pública. **Consortio Acadêmico Brasileiro de Saúde Integrativa, online**, 2022. Disponível em: <<https://cabsin.org.br/membros/2022/06/30/oncologia-integrativa-na-saude-publica/>>. Acesso em: 28/09/2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HOSOMI, Jorge Kioshi; SÁBATO, Hildebrando. Moxabustão na COVID-19. In: HÖHL, Adriano. et al. **Manual clínico de acupuntura médica para tratamento dasíndrome pós-COVID-19**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Atheneu, 2021.

KNECHTEL, M. D. R. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa-PR, v. 11, n. 2, p. 531-534, ago./2014. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8846/5197>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

LEVY, Bel. Fiocruz mapeia hábitos do brasileiro durante a pandemia. **Portal Fiocruz**, online, 2021. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-mapeia-habitos-do-brasileiro-durante-pandemia>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

LOCH-NECKEL, Gecioni; CARMIGNAN, Françoise; CREPALDI, Maria Aparecida. A homeopatia no SUS na perspectiva de estudantes da área da saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Santa Catarina - SC, v. 34, n. 1, p. 82-90, mar./2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-55022010000100010>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

LUZ, Madel T. Cultura Contemporânea e Medicinas Alternativas: Novos Paradigmas em Saúde no Fim do Século XX. **Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro-RJ, v. 15, n. 5, p. 145-176, mai./2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/z9PJY5MpV44ZdCmkNcLmBPq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

MAGALHÃES, Mariana González Martins de; ALVIM, Neide Aparecida Titonelli. Práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem: um enfoque ético. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro-RJ, v. 17, n. 4, p. 643-653, set./2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/bZpQQzKKJ3bvKV9vSxLRfVH/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo-SP, v. 30, n. 2, p. 289-300, out./2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?lang=pt#>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

MENDES, Dayana Senger. *et al.* Benefícios das práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem. **Journal Health NPEPS**, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 1, p. 302-318, jun./2019. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/06/999705/3452-12861-7-pb.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

MOTA, Janine da Silva. Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação**, Tocantins, v. 6, n. 12, p. 372-380, ago./2019. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1106>>. Acesso em: 2 mai. 2022.

PENNAFORT, Viviane Peixoto dos Santos. *et al.* Práticas integrativas e o empoderamento da enfermagem. **Revista Mineira de Enfermagem**, Fortaleza-CE, v. 19, n. 2, p. 289-295, jun./2012. Disponível em: <<https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/v16n2a19.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PEREIRA, Erika Cardozo; SOUZA, Geisa Colebrusco de; SCHVEITZER, Mariana Cabral. Práticas Integrativas e Complementares ofertadas pela enfermagem na Atenção Primária à Saúde. **Saúde em Debate**, online. 2022, v. 46, n. spe1, pp. 152-164. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042022E110>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo-SP, v. 29, n. 4, p. 318-325, ago./2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/ff44L9rmXt8PVYLNvphJgTd/?lang=pt>>. Acesso em: 2 mai. 2022.

RANDOW, Raquel. Periferização das práticas integrativas e complementares na atenção primária à saúde: desafios da implantação do Lian Gong como prática de promoção à saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S. l.], v. 29, p. 111-117, 2016. Disponível em: <<https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/6412>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

REVISTA SAÚDE INTEGRATIVA, Goiás, v. 12, n. 1, p. 1-29, jul. 2022. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/126/o/2022_REVISTA_SA%C3%9ADE__INTEGRATIVA.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

RIBEIRO, Amanda Caroline Soares. **Yoga e reabilitação cardíaca**. 2021. 44 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Medicina) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2021. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/24956/TCC%20Amanda%20Caroline%20Soares%20Ribeiro.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

VITÓRIA. Secretaria Municipal de Saúde de Vitória. **Organização da rede de atenção a saúde do município de Vitória**. Prefeitura Municipal de Vitória, 2019b. Disponível em:
<<http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/ORGANIZA%C3%87%C3%83O-DA-REDE-DE-ATEN%C3%87%C3%83O-A-SAUDE-DO-MUNIC%C3%8DPIO-DE-VIT%C3%93RIA.pdf>>. 29 abr. 2022.

_____. Prefeitura Municipal de Vitória. Secretaria Municipal de Saúde Relatório de **Gestão para o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – período:** 01/01/2021 a 31/12/2021. – CMSV, 2022. Disponível em:
<<https://m.vitoria.es.gov.br/download.php?tipo=1&id=3524>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

_____. Prefeitura Municipal de Vitória. Secretaria Municipal de Saúde Relatório de **Gestão para o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – período:** 01/01/2020 a 31/12/2020. – CMSV, 2022. Disponível em:
<<https://m.vitoria.es.gov.br/download.php?tipo=1&id=3247><https://m.vitoria.es.gov.br/download.php?tipo=1&id=3524>>. Acesso em: 01 dez. 2022